



## **A ascensão reacionária junto à Revolução Bolivariana e seus desdobramentos para a democracia na Venezuela**

Ana Carolina Lima Gomes<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho pretende colaborar com as análises referentes ao ambiente de disputa institucional em voga na Venezuela, partindo da perspectiva de luta de classes, particularmente no tocante à reorientação do bloco opositor à institucionalidade em reação a continuidade do bolivarianismo. Identificados seus atores e motivações bem como o histórico de mobilizações destes grupos no intervalo de 1999 a 2013, esse artigo examina a contribuição da coalizão *Mesa de La Unidad Democrática* para este revés.

**Palavras-chave:** Venezuela. Bolivarianismo. Bloco Opositor. Institucionalidade.

## **La ascensión reaccionaria junto a la Revolución Bolivariana y sus desdoblamiento para la democracia en Venezuela**

### **Resumen**

El presente trabajo pretende colaborar con los análisis referentes al ambiente de disputa institucional en voga en Venezuela, partiendo de la perspectiva de lucha de clases, particularmente a lo que se refiere a la reorientación del bloque opositor a la institucionalidad en reacción a la continuidad del bolivarianismo. Identificados sus actores y motivaciones bien como el histórico de movilizaciones de estos grupos en el intervalo de 1999 a 2013, este artículo examina la contribución de la coalición *Mesa de La Unidad Democrática* para este revés.

**Palabras-clave:** Venezuela. Bolivarianismo. Bloque Opositor. Institucionalidad.

## **The reactionary ascension along Bolivarian Revolution and its unfoldings for democracy in Venezuela**

### **Summary**

The present study aims to collaborate with analysis related to the ambience of institutional dispute in Venezuela, from the perspective of class struggle, particularly concerned to the reorientation of the oppositionist block to institutionality in reaction to the continuity of Bolivarianism. Identifying its actors and motivations as well as the history of mobilizations of these groups in the period from 1999 to 2013, this article examines the contribution of the Democratic Unity Roundtable (*Mesa de La Unidad Democrática*) to this reversal.

**Key-words:** Venezuela. Bolivarianism. Oppositional Block. Institutionalality.

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

## Introdução

Durante aproximadamente quinze anos, a ascensão de sucessivos governos comprometidos com políticas conciliatórias de classes junto a um ornamento institucional predominou em diversos Estados da América do Sul, propiciando um fôlego progressista para a região. As novas condições históricas introduzidas pela primeira década do século XXI inauguram, de acordo com Armando Boito Jr. (2012), a frente política neodesenvolvimentista cujo propósito seria a reorganização do capitalismo periférico latino-americano como forma de superar a estagnação econômica preponderante na década anterior. Esse novo impulso reavivou diversos projetos nacionalistas e permitiu que os indicadores sociais avançassem consideravelmente, dando início a um período de incremento da democracia e de distribuição de renda nesses países.

A estagnação econômica de outrora evidenciou as contradições inerentes à adoção da doutrina neoliberal, estabelecida através do Consenso de Washington, enquanto alternativa ao processo de endividamento das economias latino-americanas na década de 80. A política de ajustes segundo o neoliberalismo ortodoxo, orientada pelos interesses do capital financeiro e das grandes corporações, pautava-se, dentre outras medidas, pela redução dos custos de produção – especialmente o custo dos salários dos trabalhadores, em prol de uma maior competitividade internacional por parte das economias periféricas. Mostrou-se ineficaz, agravou a precarização do trabalho e acirrou a luta de classes no cone sul. Por tratar-se de um fenômeno multifacetado, o neoliberalismo não se restringe a essa relação, visando ainda a intensificação da concentração de renda em favor dos países centrais, cumprindo o objetivo de reerguer a taxa de lucro antes em permanente queda e, dessa maneira, viabilizar a expansão de capital financeiro por meio da ampliação de mercados. Em essência, o neoliberalismo, enquanto projeto de poder sobre o qual se desenrolam regimes de acumulação capitalista atualmente, traz consigo um ordenamento social, tanto doméstica quanto internacionalmente, que visa assegurar a hegemonia dos Estados Unidos. Nesse viés, a adoção de práticas neoliberais aparece como condição *sine qua non* à sustentação política dos governos mundiais no contexto de dominância financeira.

Surge, então, a necessidade da retomada do controle macroeconômico por parte da burguesia nacional que logrou aproximar-se de setores populares não incorporados ao bloco no poder<sup>2</sup> no intuito de consolidar uma nova paz social capaz de garantir sustentação política

<sup>2</sup> Compreende-se por bloco no poder a dinâmica estrutural que confere à parcela burguesa hegemônica a autoridade de orientar não só as políticas econômicas e industriais encabeçadas pelo Estado, como garantir a acesso

para que se produzisse crescimento econômico. Nesse cenário, é possível evidenciar que o neodesenvolvimentismo sugere um desenvolvimento possível segundo os limites estabelecidos pelo modelo capitalista em vigor, uma vez que não provoca, para tanto, um rompimento com o neoliberalismo (Boito, 2012). Não seria exagero apontar a experiência bolivariana na Venezuela enquanto o mais representativo expoente desse fenômeno. Dentre todos os governos que aderiram ao neodesenvolvimentismo na região, aquele que alcançou os maiores avanços em termos sociais foi o venezuelano: entre 1999 a 2012, iniciada a gestão Chávez, o país conheceu um crescimento anual médio de 3,2%, atingindo 5,8% no último ano. Tais resultados foram revertidos em importantes investimentos públicos, contribuindo para a escolarização de 71% da população e um acréscimo superior à 60% em aplicações na saúde em dez anos. A taxa de desemprego não ultrapassou 6,4% e a pobreza foi reduzida pela metade, tendo a taxa de pobreza extrema registrado uma queda superior à 70%. A Venezuela tornou-se, nesse ínterim, o país mais igualitário da região e experimentou 16 pleitos desde 1999 – sendo 15 deles vencidos por Chávez (Rendall, 2013).

Previamente, contudo, cabe reconhecer os impactos que a estrutura monoprodutora da economia venezuelana imprimiu, durante décadas, às circunstâncias sociais e políticas enfrentadas pelo país. A realidade rentista da economia venezuelana é concebida pelo predomínio da monoexportação petroleira enquanto modelo de desenvolvimento, elemento que foi capaz de produzir graves crises econômicas que inevitavelmente afetavam a estrutura institucional e política do país. Cícero (2015) argumenta que os desafios provenientes da exploração de uma única *commoditie*, sendo esta não renovável e cuja negociação ultrapassa as fronteiras do país de origem, dificultam substancialmente a diversificação da estrutura econômica e acirram a dependência desta em relação ao capital transnacional, tornando-a mais suscetível às flutuações dos preços internacionais<sup>3</sup>. A saber, o rentismo apresenta como

---

político apenas daquelas candidaturas comprometidas à manutenção dessa ordem. O termo, empregado por Armando Boito Jr. (2012) em alusão ao capitalismo no Brasil e aqui estendido às demais economias latino-americanas, ressalta seu argumento de que há uma demanda do capitalismo tardio e dependente pela participação política de classes populares, na medida em que esta lhe confere estabilidade em termos políticos e impulso ao desenvolvimento. Essa demanda, contudo, não é desinteressada e conhece limites estabelecidos pelo bloco no poder.

<sup>3</sup>Retomando Celso Furtado, trata-se de um contexto de subdesenvolvimento com abundância de divisas, comum à realidade capitalista dependente, na qual há predomínio de ingressos via apropriação de recursos em detrimento do desenvolvimento industrial doméstico. A abundância de recursos, por si só, não confere ao país produtor benefícios comerciais nem determina o poder de barganha que um “petro-Estado” pode desempenhar no que concerne às relações internacionais. Os constrangimentos provocados pelo rentismo, dentre eles o suprimento satisfatório das demandas energéticas das estruturas capitalistas avançadas, caso não sejam contemplados, provocam situações de vulnerabilidade para tais economias, uma vez que estas se tornam dependentes da importação de bens básicos provenientes de outras regiões (Cícero, 2015). Vale ressaltar, nas palavras de Maringoni (citado em Mendes, 2012), que “O fato de o comércio petroleiro responder por mais de 70% da pauta de exportações deixa o país permanentemente à mercê das oscilações do mercado internacional”.

singularidade um efeito paradoxal para as nações definidas por tal prática: em que pese seu nível de desenvolvimento capitalista, os recursos oriundos do comércio petrolífero podem tanto fomentar a diversificação produtiva já existente quanto determinar a atuação destas economias enquanto meras provedoras de energia.

Isto é, é inquestionável tratar-se de uma fonte de poder deter jazidas e reservas de petróleo no âmbito das relações econômicas internacionais, haja vista a distribuição desigual do recurso pelo planeta. No entanto, não raros casos, a inserção geopolítica de uma economia pouco industrializada sob orientação rentista frequentemente resulta em relações comerciais desarmoniosas frente ao sistema energético mundial. Conforme elucida Cícero (2015), a permanente condição de dependência venezuelana, nesses termos, não pode ser assimilada distante da desprivilegiada posição conferida ao país no âmbito da divisão internacional do trabalho conforme implicação do rentismo.

### **A contribuição de *Punto Fijo* para o surgimento do Bolivarianismo na Venezuela**

Firmado no ano de 1958, após a ditadura de Marco Peres Jiménez, o Pacto de *Punto Fijo* reestabelece o regime democrático na Venezuela a partir de uma política bipartidarista e de conciliação de classe, através da Constituição de 1961 enquanto aparato institucional. Inaugurado durante a gestão de Rómulo Betancourt (AD - 1959-1964), teve por função assegurar a continuidade da política *Venezuela Petrolera* cujos esforços produtivos garantiriam uma economia baseada na exploração do petróleo. O bipartidarismo característico do *puntofijismo*, efetuado entre os partidos *Acción Democrática* (AD) e o *Comite de Organización Política Electoral Independiente* (Copei), inaugurou um período de três décadas de uma sólida estrutura institucional e subordinou a vida política venezuelana à consolidação de um capitalismo de Estado<sup>4</sup> pautado pelos interesses da burguesia monopolista internacional, com as bênçãos da parca burguesia nacional, latifundiários e especuladores financeiros (Cícero, 2010).

<sup>4</sup> Apreende-se por capitalismo de Estado o modelo de desenvolvimento fundamentado na atuação do Estado enquanto promotor de investimentos em setores produtivos, sobremaneira naqueles voltados à infraestrutura e energia, no intuito de fomentar a industrialização. Tal atuação estreita o relacionamento entre a instituição e os grandes monopólios uma vez que permite o envolvimento direto do Estado junto à acumulação de capital. No que diz respeito ao caso Venezuelano, o Estado investiu excessivamente na exploração de um recurso não-renovável, o petróleo, cumprindo as expectativas do cartel petrolífero transnacional até, finalmente, encarregar-se dos excedentes dos lucros para aplica-los nas incipientes indústrias nacionais. No porvir, essa prática trouxe dificuldades para a diversificação econômica no país, condicionando as necessidades básicas do mercado interno à importação (Cícero, 2010).

Figura 1: Presidentes durante o período *puntofijista* (1959 a 1993)

<b>Mandato</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
<b>1959-1964</b>	Rómulo Betancourt	AD
<b>1964-1969</b>	Raúl Leoni	AD
<b>1969-1974</b>	Rafael Caldera	COPEI
<b>1974-1979</b>	Carlos Andrés Pérez	AD
<b>1979-1984</b>	Luis Herrera Campins	COPEI
<b>1984-1989</b>	Jaime Lusinchi	AD
<b>1989-1993</b>	Carlos Andrés Pérez	AD

Fonte: Cícero (2010, p.18)

O desgaste do pacto de *Punto Fijo*, a partir de 1989, não foge à regra: sobretudo após a ineficiência de suas políticas enquanto método solucionador da crise pela qual passava a economia venezuelana a partir da recessão na década de 80, a identificação social e confiabilidade dos partidos AD e COPEI despencara. A conjuntura econômica desfavorável tornou instável o modelo bipartidarista instituído para lograr solidez à democracia e fomentou uma transformação no sistema partidário em voga na Venezuela. O *Caracazo*<sup>5</sup>, uma intensa revolta popular estabelecida em 1989 em desfavor da imposição de práticas neoliberais enquanto sobrevida ao pacto e que resultou em enorme repressão por parte do governo de Carlos Andrés Pérez (AD – 1988 a 1993), tornou evidente a falência do *puntofijismo* e a modesta credibilidade de que gozavam as instituições políticas venezuelanas perante os setores populares até então. Abriria caminho para uma sucessão de eventos que derrubaria a legitimidade de Pérez no decorrer dos próximos anos e, conseqüentemente, aparece como um

<sup>5</sup> A manifestação do *Caracazo* ou *Sacudón* apresenta-se como uma crítica ao pacote de ajuste econômico liberalizante proposto por Pérez em fevereiro de 1989 conhecido por *El Grand Viraje*. Grosso modo o pacote visava acatar uma exigência de empréstimo por parte do Fundo Monetário Internacional avaliado em US\$ 4,5 bilhões ao governo venezuelano em troca de: suspensão do controle cambial, fator que promoveria desvalorização da moeda, o *bolívar*; seguidos reajustes junto ao valor do petróleo, até que se atingisse os preços praticados no exterior, o que ocasionaria mudanças no regime de preços de diversos setores derivados, sobretudo no transporte público; privatizações e redução do gasto público; congelamento de salários e privatizações de serviços oferecidos pelo Estado. O pacote faria parte da política denominada *Abertura Petrolera*, que procurava integrar a Venezuela à globalização neoliberal a partir de sua orientação econômica e atrair investimentos estrangeiros. Na prática, o pacote onerava a maioria da população venezuelana já afetada pela crise, cuja resposta deu-se através de protestos e saques generalizados. O governo de Pérez, em retaliação, ordenou a suspensão de direitos da população e a participação do exército no enfrentamento dos motins. Uma enorme onda de violência tomou o país, vitimando cerca de 300 venezuelanos e ferindo mais de 1000. O *Caracazo* termina por isolar o presidente Pérez e tornar latente a crise institucional pela qual passava o país (Maringoni, 2009).

grande catalisador para a trajetória do *Movimiento Bolivariano Revolucionario 200* na vida política venezuelana.

O contexto de desgaste institucional e agitação social reforçado pelo *Caracazo* denunciava que a crise pela qual passava a Venezuela exigiria mais que um discurso reformista pelo reestabelecimento da confiabilidade nos partidos tradicionais da IV República<sup>6</sup> poderia oferecer. Rompe-se o consenso de que a aparência democrática das instituições bastaria para a retomada do relacionamento entre o povo venezuelano e suas lideranças, bem como para a recuperação econômica do país. De acordo com Mendes (2012), a crise que se iniciara na década anterior se aprofundava, tomando forma de uma crise orgânica<sup>7</sup>, pautando tanto o conjunto da sociedade quanto as forças conservadoras venezuelanas. Revelou-se a cisão existente no interior do alicerce da democracia venezuelana, a obsolescência do pacto de *Punto Fijo* e, por consequência, a necessidade de reorganização radical das bases do Estado.

Surge, assim, um cenário propício à emergência de novos atores políticos, fomentando o aparecimento de um movimento contestatário pautado pela aglutinação de forças políticas de cunho nacionalista e anti-imperialista sob a liderança do tenente-coronel da *Fuerza Armada Nacional* (FAN), Hugo Rafael Chávez Frias. Nascia, no ano de 1983, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200) o qual posteriormente, em outubro de 1997, se reorganizaria em formato partidário enquanto Movimento V República (MVR), em razão da candidatura de Chávez à presidência.

Nessas circunstâncias, embora frustrados dois levantes militares empreendidos pelo MBR-200 no ano de 1992, a continuidade da crise junto às gestões de Pérez e de seu sucessor Rafael Caldera tornava evidente que o *puntofijismo* não mais se sustentava. Ainda que o fenômeno abstencionista<sup>8</sup> predominasse junto aos discursos populares quando das eleições

<sup>6</sup> Considera-se que a história republicana venezuelano perpassa por quatro fases. A primeira república foi gerada a partir da independência do país, em 1811; a segunda origina-se dois anos depois. A terceira nasce a partir dos esforços de Bolívar em formar a Grande Colômbia, em 1819. A quarta, fundada por José Antônio Páez em 1830, foi aquela que vigorava até *Punto Fijo*. Por fim, por ser intenção do Bolivarianismo refundar as bases da república na Venezuela, Chávez escolhe carregar esse significado junto ao nome da agremiação (Maringoni, 2009).

<sup>7</sup> Se as instituições democráticas já não imprimiam confiança, o mesmo não poderíamos afirmar no tocante à vida política venezuelana em si. Mendes (2012) lança mão do conceito gramsciano de crise orgânica ao considerar que o declínio das instituições venezuelanas é simultâneo ao acirramento das demandas dos setores populares marginalizados, e não decorrente destas. De acordo com Gramsci (Gramsci citado em Mendes, 2012), a crise redefine o espaço da prática política - antes centrada na construção de uma paz social por uma mesma classe dirigente, passando a extrapolar os limites estruturais estabelecidos. Portanto, as crises não trazem consigo a antipolítica, condenando a sociedade que atravessam. Pelo contrário, pressupõem além do conflito o dissenso, rearranjando forças sociais e lançando reais possibilidades de transformação.

<sup>8</sup> O forte abstencionismo que marcou as eleições de 1993 representou bem a desconfiança dos venezuelanos perante as instituições democráticas em voga no país; outro sintoma fora o crescimento do número de protestos



presidenciais de 1993, o MBR-200 aparecia enquanto único grupo capaz de centralizar e orientar as demandas contrárias àquele sistema. Desse modo, Chávez assume a função de porta-voz da oposição, ocupando um espaço vazio até então; Gilberto Maringoni (2009) acrescenta que a popularidade conquistada a partir dessa visibilidade permitiu que ele reconsiderasse sua participação política através da institucionalidade, articulando uma frente política de apoio à sua candidatura denominada *Pólo Patriótico*<sup>9</sup>. Se anteriormente a opção pelo golpe reforçava seu sentimento de rechaço e independência ao sistema constituído, aos poucos as vias eleitorais vão se tornando mais tangíveis que a insurreição. A nova tática refletia a transformação na conjuntura política do país, respaldada pela avaliação favorável à campanha de Chávez averiguada em consulta popular<sup>10</sup>.

Uma vez eleito, em dezembro de 1998, Chávez convoca um plebiscito popular para designar uma assembleia constituinte, concentrando os debates pelo estabelecimento de uma reforma política que neutralizasse o *puntofijismo* de modo a redesenhar o ornamento institucional venezuelano. Inaugurada a nova Constituição da República Bolivariana de Venezuela de 1999 (CRBV)<sup>11</sup> e após a realização de eleições gerais submetidas à nova ordem jurídica confirmarem o favoritismo de Chávez, o presidente volta-se ao ponto nevrálgico do antagonismo em relação à agenda *puntofijista*: o petróleo. Nesse seguimento, sugere um pacote de medidas que pretendia promover uma dinamização na economia venezuelana, até

---

populares. Tal como garante Mendes (2012), longe de originar o fenômeno, a campanha bolivariana apenas deu vazão a esse sentimento já presente na sociedade venezuelana. Nas palavras de Maringoni (2009, p. 104), “Um dado significativo adicional foi a altíssima abstenção verificada. Enquanto nas eleições de 1988, 18% do eleitorado não apareceu para votar, agora mais do dobro não quis nem saber das urnas: 38,84%! Ou seja, um índice maior mesmo do que a votação do vitorioso [Rafael Caldera, eleito com 30,46% dos votos]. A marca registra o desencanto que os venezuelanos passaram a ter não apenas com os partidos e candidatos, mas com sua própria democracia”.

<sup>9</sup> Esta envolvia setores da esquerda correspondentes ao Pátria Para Todos (PPT); parte de La Causa R, do Movimento ao Socialismo (MAS) e do Partido Comunista. É certo que a articulação acabou promovendo rupturas. Teodoro Petkoff, líder histórico do MAS, representou a parcela do partido que não aliou-se à candidatura de Chávez. Aristóbulo Istúriz, ao declarar apoio ao *Pólo Patriótico*, dá início a uma cisão em La Causa R. Talvez a principal delas refira-se a Andrés Velásquez e Francisco Árias Cárdenas, seu opositor junto ao novo pleito à presidência pela LCR, em julho de 2000 (Maringoni, 2009).

<sup>10</sup> Citando Mendes (2012, p. 199), “Chávez contou que a mudança de postura diante das eleições partiu de uma assembleia nacional do movimento e contou com amplo apoio dos delegados presentes. O evento foi realizado em dezembro de 1996, de acordo com seus líderes não antes de um longo debate interno. Essa aprovação foi sucedida por uma espécie de consulta popular nacional, [...]. Nessa pesquisa, cerca de 65% dos entrevistados se manifestaram a favor da participação nas eleições, e quase 50% declararam que votariam em Chávez. Por fim, numa nova assembleia, em 19 de abril de 1997, ocorreu a decisão definitiva a favor da participação eleitoral.”

<sup>11</sup> Edgardo Lander, citado em Maringoni (2009, p. 114), examina a CRBV da seguinte forma: “Pela primeira vez reconhecem-se os direitos dos indígenas, saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana em incluir estes povos e outorgar-lhes a dignidade da plena cidadania. Reconhecem-se também os direitos ambientais e amplia-se o conjunto de direitos sociais. Assentam-se as bases para a transformação do Poder Judiciário e se reorganizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão, integrado pela Procuradoria e pela nova figura da Defensoria do Povo. Inauguram-se formas participativas de exercício da democracia, com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades de referendo”.

então orientada por uma produção quase exclusivamente petroexportadora<sup>12</sup>. Para cumprir esses objetivos, Chávez procurou honrar os compromissos financeiros firmados – adotando inicialmente, por conseguinte, uma postura econômica conservadora, na tentativa de evitar a escassez de capitais internacionais ao país e solucionar a grave crise alimentada pela desvalorização do preço do combustível.

A grande investida de Chávez no âmbito da economia deu-se mediante a promulgação das Leis Habilitantes, um conjunto de leis que deferiam ao presidente o poder de intervir na legislação sem a necessidade de consentimento parlamentar. Dentre elas, a Lei de Hidrocarbonetos, embora não lograsse transformações relevantes de ordem macroeconômica, provocou a ira das elites venezuelanas ao privilegiar os interesses públicos sob a atividade petroleira e, dessarte, subordinou a principal empresa do país, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), ao Ministério das Minas e Energia. A principal plataforma da agenda bolivariana se referia, portanto, à implementação de uma política de nacionalização do petróleo, a partir do controle da produção por parte do executivo, capaz de legitimar a utilização de seus ingressos para financiamento em saúde, educação, investimentos produtivos e estabilização macroeconômica (Maringoni, 2009).

A refundação institucional proposta pela nova carta magna sugeria, para além de um manejo econômico pautado pela cooperação e distribuição da renda petrolífera, uma nova condução política através do aprofundamento da participação popular<sup>13</sup> na política nacional, ou seja, a viabilização de um novo modelo de democracia no país, conforme definiu Cícero (2010), por meio do conceito de democracia participativa e protagônica. Nesse viés, amplia-se a adoção de referendos de consulta popular para a tomada de decisões importantes mediante os Círculos Bolivarianos, estimulando a participação dos cidadãos em questões públicas através de um rompimento com estruturas verticalizadas e da transferência de poder decisório

<sup>12</sup> A tendência expansionista da produção, antes contemplada pela política de *apertura petrolera puntofijista*, não se repetiu no governo Chávez. Pelo contrário, e em concordância com demais membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), Chávez promoveu um controle produtivo da produção petrolífera de modo a devolver aos países produtores como a Venezuela certa administração dos preços dos barris, mediante política de cotas. No caso venezuelano, o intuito se dava na utilização da renda do petróleo para financiamento de projetos sociais ao invés do reinvestimento na PDVSA, prática constante de governos anteriores (Cícero, 2010).

<sup>13</sup>“Em sintonia com as bandeiras levantadas pelo movimento bolivariano, foram criadas diversas possibilidades de participação ampliada da população na política nacional, através de referendos sobre decisões importantes ou para a revogação do mandato de autoridades eleitas, recurso ao qual a oposição recorreria em 2004 contra Chávez.” (Mendes, 2012, p. 247)



para assembleias de bairros e comunidades. Por sua vez, tais estruturas se reuniram em âmbito regional e nacional, a fim de estabelecer discussões e orientar projetos segundo seu parecer. Essa descentralização administrativa passa a significar o comprometimento do Estado no que se refere à busca pela soberania econômica e no combate à concentração agrária, além de sua responsabilidade no que tange a resguardar os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

### **A oposição a partir da ascensão de Chávez: Como se deu a articulação da *Coordinadora Democrática de Acción Cívica* (CD)**

Convém apontar que, embora a ruptura promovida pelas investidas governamentais chavistas apresentasse maior viés político-institucional que econômico, uma gestão econômica que não privilegiasse os interesses das grandes corporações não poderia ser bem-vinda. Objetivando a retomada do controle sobre a política petroleira, especialmente no tocante à implementação das Leis Habilitantes e ao estabelecimento do controle diretivo de Chávez à PDVSA, uma ágil integração de forças conservadoras reverberou em mobilizações oposicionistas de grande impacto no intuito de desestabilizar o governo. O movimento foi denominado de *Coordinadora Democrática de Acción Cívica* (CD), composto sobretudo por meios de comunicação e mídia, parcela do empresariado e defensores da cartilha neoliberal beneficiados pelo bipartidarismo próprio do *puntofijismo*.

Pedro Carmona Estanga, então presidente da *Fedecámaras* - reduto do empresariado venezuelano tradicionalmente vinculado à AD - converteu-se enquanto porta-voz do grupo, fator que posteriormente explica sua breve posse à presidência mediante o golpe sofrido por Chávez, em abril de 2002. Também podem ser apontadas demais lideranças como Carlos Ortega, que presidiu a principal central sindical do país, *Central de Trabajadores de Venezuela*<sup>14</sup> (CTV), e que também desponta enquanto importante articulador do golpe. Havia

<sup>14</sup> Também o sindicalismo sofria cooptação por parte do regime *puntofijista*, ou pelo menos aqueles sindicatos vinculados à CTV, maior central sindical do país. Nesse caso em específico, a influência desempenhada pela AD na atividade sindical era inquestionável. O esforço por parte dos bolivarianos perante a confrontação exercida pela CTV ao governo Chávez foi análogo àquele desempenhado junto à PDVSA: apostar no controle diretivo da entidade através da inserção de aliados nos cargos estratégicos ao invés de se apostar na formação de um sindicalismo de base capaz de transformar a conjuntura sindical a longo prazo. Não houve sucesso e o candidato governista Aristóbulo Ruiz amargou a derrota no pleito pela direção, acirrando as relações entre governo e sindicatos. Muito em decorrência do golpe, largamente apoiado pela CTV, a postura de Chávez foi fundar outro organismo de apoio sindical voltado ao funcionalismo público, a *Unión Nacional de Trabajadores* (UND); e simultaneamente apoiar outras formas de organização que não o sindicalismo. Se por um lado o ex-presidente buscava neutralizar a influência da CTV enquanto força política, por outro acabou enfraquecendo esse instrumento tão importante para as demandas trabalhistas do povo venezuelano. (Cícero, 2010)

certo discurso revisionista que procurava incorporar políticas sociais adaptadas ao neoliberalismo, embora fossem refutados valores de tendência *puntofijistas* por seu caráter impopular. Cícero (2010) examina que, em prol de uma postura resistente à administração Chávez, a socialdemocracia venezuelana convivia com o ultraconservadorismo golpista ainda que os últimos fossem setores minoritários no interior da CD. Como resultado, temos a emergência de duas paralisações das atividades produtivas do setor privado (designadas *Paros Nacionais* ou *Paros Econômicos*), um iminente golpe de Estado em abril de 2002 e finalmente, um referendo revogatório em 2004.

A eficácia das paralisações consolidou-se como um boicote econômico empreendido pelo setor privado que pretendia acirrar a situação de crise em que se encontrava a economia, evidenciando o quão urgente era a retomada do controle sobre os ganhos advindos do petróleo para a elite venezuelana. Ademais, resultou na convocação de diversas marchas e contramarchas, como que para medir o grau de admissibilidade de ambos os discursos nas ruas - opositorista e chavistas, contribuindo para agravamento da enorme polarização social que então havia. A primeira paralisação empresarial coordenada pela CD deu-se em dezembro de 2001, quando da inauguração das Leis Habilitantes, e surtiu enquanto ato de retaliação política ao exigir a revogação integral dessas. Seguiu-se ao primeiro *paro* nacional uma sucessão de marchas, ora convocadas pela oposição, ora pelos chavistas.

Nitidamente a forte polarização social provocada pelos atos permitiu a intensificação dos confrontos e o radicalismo das reivindicações, flertando com o golpismo. Na ocasião de uma delas, na data de 11 de abril de 2002, a violência e enfrentamento entre manifestantes de ambos os polos culminou em um efetivo golpe que destituiu Chávez do poder por 48 horas. Instaure-se, então, um governo de transição encabeçado por Pedro Carmona, representante do empresariado venezuelano: revogaram-se as Leis Habilitantes e boa parte da Constituição de 1999, e o Congresso Nacional fora fechado. A estratégia golpista pautava-se pela anulação de qualquer demanda anteriormente contemplada por Chávez de forma a reaver a gestão institucional. A concessão de apoio estadunidense<sup>15</sup> às insurreições golpistas justificou-se pelo interesse diante da retomada do controle petrolífero por parte da elite do país; a Venezuela, à época, configurava-se enquanto a 4ª maior produtora de petróleo no mundo e historicamente

<sup>15</sup> O golpe de Estado efetivado junto à gestão Chávez, caracterizado como midiático devido à estratégica (e simultânea) cobertura dos grandes meios midiáticos em favor da articulação, pôde contar ainda com a colaboração norte-americana, como sustenta Gilberto Maringoni (2009, p. 134): “O respaldo norte-americano ao golpe se evidenciou rapidamente. Charles Shapiro, que dois meses antes assumira o cargo de embaixador em Caracas, visitou Pedro Carmona em *Miraflores*, no mesmo dia de sua posse. Enquanto isso, o FMI anunciava a disponibilização de recursos financeiros para a Venezuela. E o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, disse a imprensa que ‘as ações do governo Chávez provocaram a sua crise’”.

ofertava o insumo a preços irrisórios aos Estados Unidos.

No entanto, a aparente aliança promovida pela CD apresentou-se tênue e frágil, sucumbindo a um contragolpe organizado por setores populares e pelo comando militar fiel ao presidente eleito. Legitimado por esse suporte, Chávez retorna ao Palácio de Miraflores novamente enquanto presidente, ainda que o episódio lhe trouxesse severas consequências no tocante à instabilidade institucional. Como alternativa para reestabelecer sua governabilidade, de acordo com Cícero (2010), Chávez opta por flexibilizar as políticas que vinha empreendendo de forma a também contemplar os interesses do empresariado. Analogamente, lançou acordos com os demais gerentes da PDVSA na intenção de evitar novos boicotes econômicos. Todavia o discurso conciliatório de Chávez não impediu a continuidade das paralisações cívicas convocadas pela CD; logo os setores oposicionistas se reorganizaram a fim de convocar um segundo paro econômico, pautados no diagnóstico de que distante do respaldo do capital rentista o governo Chávez não se sustentaria. Conforme sublinha Cícero (2010), nessa disputa a questão petroleira assume importância central já que o presidente lograva modificar todo o eixo responsável pela administração da PDVSA e enfrentava resistência por parte dos funcionários de carreira da empresa. Por essa razão, a iniciativa ficara conhecida como *parosabotaje petrolero*, e deu-se via paralisação quase irrestrita das atividades da PDVSA de maneira a comprometer toda a estrutura produtiva da economia para forçar a renúncia do presidente.

Se outrora os prejuízos econômicos angariados através das ofensivas oposicionistas assumissem efeito de barganha por parte da estratégia da CD e ameaçassem o governo, a brusca interrupção da atividade petroleira por seguidos meses provocou um intenso recuo no PIB<sup>16</sup> venezuelano durante o primeiro semestre de 2003, impactando dramaticamente sobre o cotidiano da população venezuelana. A reação governista foi contundente: Chávez recorreu à FAN para reaver o controle administrativo sobre a PDVSA, e ao renomear o corpo dirigente da empresa, submeteu sua autonomia ao poder executivo. Isto posto, o controle dos rendimentos provenientes do petróleo poderia, finalmente, converter-se em fonte de financiamento aos projetos governamentais, produzindo uma vitória importante em favor dos bolivarianos. Por

<sup>16</sup> De acordo com Mendes (2012), a redução proposta pelo paro petroleiro abocanhava o montante de 27% do PIB, comprometendo além do orçamento público os investimentos dos empresários que apostavam na renúncia de Chávez. Maringoni (2009) complementa que a produtividade petroleira decaiu de 3 milhões de barris diários para apenas 150 mil, exigindo o investimento de milhões de dólares na importação de gasolina de origem brasileira por parte do governo. Todo o sistema produtivo, de transportes e de distribuição fora decisivamente comprometido por esta que configurou-se enquanto maior paralisação econômica da história caribenha. Alia-se a isso a demissão em massa de cerca de 18000 funcionários da PDVSA, cuja adesão à paralisação convocada pela CD não contou com a orientação no que tange ao encerramento da greve, permitindo que através dessas demissões do governo pudesse intensificar seu controle sobre a empresa.

outro lado, o desgaste comercial caraquenho surtiu em desmobilização oposicionista, levando-a a uma mudança estratégica: assistiu-se a um abrandamento do discurso golpista e favorecimento político de correntes mais moderadas dentro da CD. Como descreve Mendes (2012), os setores que insistiam em uma mobilização violenta migraram para outro organismo que nascia, o *Bloque Democrático* (BD), embora sem maiores repercussões. Diante disso, e lançando mão de um dispositivo constitucional inaugurado pelos Bolivarianos<sup>17</sup>, a CD concentra sua atuação na arrecadação de assinaturas para reclamar um referendo revogatório do mandato de Chávez, agendado para agosto de 2004.

Houve tumulto no tocante à validação das assinaturas coletadas pelas forças oposicionistas. Ainda que o *Consejo Nacional Electoral* (CNE) estivesse sob supervisão da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Centro Carter e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a oposição questionou a instrução do organismo em retificar as assinaturas por motivo de fraude, acusando-o de ilegitimidade. Foram convocados inúmeros protestos, período conhecido como *Guarimazo*, mobilizados tanto em Caracas como no interior a fim de tensionar o governo. Por fim, na nova data estipulada pelo CNE para viabilizar o referendo, averiguou-se que a continuidade da gestão Chávez alcançara 58,25% dos votos apurados. Comprovou-se, para além da favorabilidade em relação à Chávez, que a intensa mobilização política à época superou a tradicional prática abstencionista por parte dos venezuelanos, evidenciando a validez do referendo revogatório enquanto instrumento fomentador de mecanismos da democracia participativa. Os observadores internacionais prontamente reconheceram o resultado enquanto legal (Cícero, 2010).

A vitória do referendo representou uma mudança de qualidade no governo. A oposição sentiu o golpe. Chávez passara a ser não apenas um fenômeno circunstancial, mas sua legitimidade deitara raízes profundas na sociedade. A agenda internacional intensificou-se ainda mais e mesmo os que não nutriam por ele nenhuma simpatia foram forçados a reconhecer que removê-lo do poder pela força seria tarefa complicada (Maringoni, 2009, p. 159).

Sabe-se que o bloco chavista fortaleceu-se enquanto resposta aos questionamentos populares acerca da grave crise econômica pela qual passava a Venezuela na década de 90; acumula aliados e base política ao englobar junto ao ideal de Bolívar propostas econômicas de natureza antineoliberal e a defesa pela distribuição de renda. Essa combinação permitiu o alinhamento entre as forças progressistas de inclinação socialista, tal qual o MBR-200 sugeriria,

<sup>17</sup> O 72º artigo da Constituição Bolivariana prevê a revogação dos cargos eletivos do país caso a metade do mandato do funcionário tenha transcorrido, aliadas a solicitação de 20% dos eleitores favoráveis a viabilização do referendo. Caso o número de assinaturas favoráveis a revogação superasse o total de votos recebido pelo funcionário então eleito, seu cargo seria revogado e um novo processo eleitoral teria início. (Cícero, 2010)

com a classe trabalhadora por intermédio do carisma de Chávez. Contudo, a *V República* conta ainda com a formação de uma burocracia reformista, apelidada de boliburguesia, composta por militares e empresários nacionais cujos interesses passam a ser contemplados pelo governo. Este fator traz à tona o ambiente de ambiguidade e dependência em que vive a esquerda sob a influência de Chávez, uma vez que condiciona o caráter popular e autônomo do movimento ao Estado, sustentando-o segundo seus constrangimentos e garantias, portanto conferindo traços reformistas, e não de fato emancipatórios, ao projeto bolivariano.<sup>18</sup>

### **A reorientação da mobilização golpista para as bases institucionais através da *Mesa de La Unidad Democrática* (MUD)**

Parece claro que a heterogeneidade política se fez mais presente junto à oposição que ao oficialismo, defende Edgardo Lander; e até que a centralização do discurso oposicionista proposto pela fundação da coligação *Mesa de La Unidad Democrática* (MUD) se formalizasse em 2009, as vastas direções políticas distintas que a compunham prejudicavam o desmontamento de uma liderança junto ao movimento. Esse aspecto encontra razão, em parte, no cenário de crise democrática no qual predominava o sentimento de antipolítica junto ao sistema de partidos tradicionais na Venezuela. Não à toa, como vimos, a agenda dos setores oposicionistas privilegiou sobremaneira estratégias golpistas violentas não pautadas pela institucionalidade, no imediato do primeiro mandato de Chávez – Carlos Andrés Pérez, ex-presidente *puntofijista* empossado em mandato anterior pela AD, aparecia enquanto um assíduo defensor da tática golpista estimulada pelo *Bloque Democrático* (Mendes, 2012).

Nisso, seguiu-se um boicote empreendido pelos principais partidos de oposição às eleições legislativas de 2005, subterfúgio para reclamar ausência de representatividade insti-

<sup>18</sup> “No momento em que se reunificaram o campo popular e boa parte da esquerda, da esquerda popular, ao redor de Chávez, e ele chegou à presidência, ora, era preciso atuar pelo Estado. [...] Vão se formando pouco a pouco o que eu chamo de pré-repúblicas. Há uma república que se formou nesse processo, liberal, de direita, ligada ao imperialismo norte-americano e que tem muita influência sobre o Estado. Ela está ligada a setores muito duros, como meios de comunicação. Ao que é hegemonia, a estrutura capitalista. Há uma república burocrática que vem se formando também, que tem seus interesses e já tem seu presidente, porque Chávez se rendeu a eles, é um porta-voz deles. E aprendeu que a única linguagem que uma república burocrática pode usar é uma linguagem de esquerda: tem que falar em nome do povo, tem que ser um Estado popular. Este é um Estado burocrático, uma espécie de capitalismo de Estado, de centralização de poderes na burocracia e na figura presidencial, sobre uma matriz material de poder, que é a renda petroleira, e que luta para monopolizar essa renda. Daí a dimensão que toma nesse país a discussão petroleira. [...] Isso vem acentuando o culto à personalidade de Chávez, que substitui a teologia bolivariana por um tipo de linguagem socialista personalizada na figura de Chávez, e uma posição política que se centra majoritariamente no anti-imperialismo. E há uma república de base, da base popular, que também tem conquistado sua autonomia. Muitíssimo débil, com níveis de autoconsciência política também muito baixos, mas que tem crescido nesses anos. [...] A Quinta República não é um Estado, é a crise do Estado [...]. (Roland Denis citado por Mendes, 2012, p. 266 e 267)

tucional e falta de garantias democráticas junto à disputa. Partidos como AD, COPEI, *Proyecto Venezuela* e o recém-fundado *Primero Justicia* (PJ), por Henrique Capriles e Leopoldo López no ano 2000, pretendiam mobilizar os venezuelanos desencantados com o sistema político e provocar uma comoção internacional. Apesar do expressivo número de abstenções (cerca de 70%), a estratégia não surtiu com o efeito planejado e permitiu que os Bolivarianos ocupassem os 167 pleitos da Assembleia Nacional, contribuindo para acirrar o descrédito e fragmentação da oposição.

Paulatinamente, todavia, novas estratégias emergem conforme a conjuntura se transforma. O capitalismo de Estado defendido por tantas décadas pelo *puntofijismo* cedeu espaço para a defesa de um programa de reformas neoliberais mais expressivo, que deveria ser empreendido através de uma parceria entre o aparelho estatal - o qual desempenharia pouca ou nenhuma intervenção, e o mercado. Os discursos golpistas, anteriormente tão inflamados, tornaram-se menos significativos no âmbito da oposição que se apropriou da memória democrática experimentada antes da crise do endividamento característico dos anos 80, condenando Chávez ao arquétipo de um ditador autoritário cujos ideais socialistas ultrapassados escondiam sua ineficiência administrativa.

O cenário político pós 2004 apontava para uma trégua entre os dois blocos em disputa, e beneficiado pela valorização nos preços internacionais do petróleo<sup>19</sup>, trouxe certo fôlego para a economia. Chávez, nesse contexto, procurou aprofundar os programas sociais então existentes, inaugurando uma massiva campanha de investimentos públicos tendo em vista a erradicação da miséria. Cícero (2010) assinala que, para tanto, apostou-se na consolidação de uma dupla-institucionalidade que ultrapassasse os obstáculos burocráticos, de maneira paralela e complementar ao Estado, expandindo a estrutura administrativa do aparelho público ao invés de reformá-la. Isso, de fato, contribuiu para a promoção de políticas que eficazmente sanassem as necessidades mais urgentes da população, como efetuaram as *Misiones Sociales Venezolanas* em termos de alfabetização, de medicina preventiva e saúde, auxílio social e distribuição de renda. Não há como negar o impacto positivo conferido pelas *misiones* junto à melhoria das condições de vida dos venezuelanos, contudo, consoante Lander (citado por

<sup>19</sup> No aspecto econômico, o governo bolivariano orientou altos investimentos a fim de recuperar o aparelho produtivo nacional: se anteriormente o *Paro Petrolero* provocara uma considerável queda do PIB, a partir de 2004 a economia colecionou uma sucessão de acréscimos a nível de atividade econômica, fomentada pelo aumento da disponibilidade de crédito e combate ao desemprego por parte do governo. Também foram incentivadas a formação de cooperativas a nível de economia popular. Só no ano de 2004, esse crescimento atingiu 17,9%, segundo dados da CEPAL (Cícero, 2010).



Cícero, 2010), a coletivização das políticas públicas mostrou-se onerosa e não colaborou para reduzir a dependência estrutural entre os movimentos populares e o Estado a longo prazo.

Em que pese à debilidade oposicionista frente ao fortalecimento de Chávez, como atribuem López Maya e Edgardo Lander (2012), pesquisas de opinião encomendadas em 2005 revelaram que cerca de 40% dos venezuelanos entrevistados apresentavam-se descontentes com algumas propostas do governo, embora apenas 7% deles simpatizassem com algum partido opositor. A construção de uma expressão política relevante no contexto da oposição ao governo de Chávez assumiu maior força a partir da diversificação de seu ativismo político para além de fatores de poder como meios privados de comunicação e associações empresariais, conforme predominava no seio da *Coordinadora Democrática*. Pouco a pouco, novos personagens emergiam em associações civis, de cisões junto à gerência da PDVSA e mesmo da hierarquia da Igreja Católica. No ano seguinte, deu-se o primeiro grande esforço organizativo oposicionista em torno da disputa eleitoral para a presidência. Tal retorno ao caminho institucional tomou forma pela unidade em prol da campanha de Manuel Rosales (*Un Nuevo Tiempo* – UnT), quem angariava os maiores índices de popularidade nesse meio político. Embora a oposição amargasse a reeleição de Hugo Chávez, aprovado por 62,84% do eleitorado, o resultado representou um grande avanço já que impulsionou partidos oposicionistas tradicionais e emergentes conjuntamente<sup>20</sup>. Ademais, com Rosales a oposição acrescentou propostas de cunho social à plataforma eleitoral, apoiando-se em promessas populistas como a partilha da renda petroleira entre a população.

Eu penso que durante os anos 2002, 2003, 2005, a oposição venezuelana estava dirigida, ou mesmo chantageada, por setores mais golpistas, mais de direita radical, que achavam que podiam derrubar Chávez na semana seguinte, estavam permanentemente nessa busca. [...] Nisso tiveram muito apoio político e econômico do governo de Bush. Isso levou a oposição a sucessivas derrotas políticas sistêmicas: o golpe, a greve petroleira, o referendo revogatório. Isso começou a mudar com a reeleição presidencial e o referendo da reforma constitucional, quando os setores que acreditavam que era possível avançar politicamente pela via eleitoral se impuseram e efetivamente conquistaram avanços importantes e, pela primeira vez nesse período, derrotaram o governo no referendo da reforma constitucional. Isso significa uma recomposição muito pro-

<sup>20</sup> Segundo Mendes (2012), pela campanha de Manuel Rosales articularam-se Um Nuevo Tiempo (UNT), Primero Justicia (PJ), Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), Movimiento de Integración Nacional (MIN), Venezuela de Primera (VdP), Unión Republicana Democrática (URD), Movimiento Republicano (MR) e o Movimiento al Socialismo (MAS) como partidos mais expressivos. Muitos deles compõem atualmente a coligação de *Mesa de la Unidad Democrática* (MUD). Rosales contou ainda com o comprometimento de Julio Borges (PJ), o segundo em importância no PJ depois de Henrique Capriles, e Teodoro Petkoff (MAS), então candidatos a representação pela oposição. De acordo com Lander e López Maya (2012), ainda que a disputa contasse doze outros candidatos à presidência, o presidente Chávez e o governador Rosales detiveram maior importância e destaque em suas campanhas; no caso oposicionista, as demais aos poucos foram somar-se a de Rosales.



funda. A oposição na Venezuela é muito heterogênea. (Edgardo Lander, citado por Mendes, 2012, p. 270)

O segundo mandato de Chávez trouxe novas condições políticas motivadas tanto por uma integração continental mais alicerçada no campo da esquerda quanto pela urgência em aprofundar os direcionamentos e rumos políticos cultivados pelos anos de chavismo na Venezuela. A superação do capitalismo através da construção do Socialismo do Século XXI<sup>21</sup> passou a orientar a administração bolivariana abertamente, e valendo-se do auge de sua popularidade, Chávez unifica boa parte das organizações políticas de esquerda ante a fundação do *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV), em meados de 2007. Na prática, como esclarece Cícero (2010), Chávez apostou no fortalecimento da burocracia partidária enquanto agente político de maior relevância no tocante à condução do processo revolucionário e, em vista disso, passou a defender uma série de reformas substanciais junto ao texto constitucional capazes de contemplar a transição ao socialismo – sem que, para tanto, fosse convocada uma nova Assembleia Constituinte.

Analogamente, parece claro que, para a oposição, a possibilidade viável capaz de frear o avanço socialista de Chávez surge como o incentivo à unidade partidária, cristalizada em 2009 mas em voga desde 2006, a partir da estruturação de *La Mesa de la Unidad Democrática* (MUD). De imediato, a MUD contou com a formação de cerca de trinta partidos<sup>22</sup> e tinha por orientação familiarizar seus candidatos aos eleitores e fomentar a polarização política, pautando-se inicialmente pela estratégia de cumprimento da constituição frente à concentração de poder. Reclamavam, similarmente, pelo direito ao empreendedorismo e à propriedade privada, à ampla defesa dos Direitos Humanos e ainda pela liberdade de expressão e alternância política, os quais consideravam falhos na gestão Chávez.

<sup>21</sup> Se outrora a proposta econômica de Chávez orientava-se pela atuação do Estado em setores mais básicos da economia concomitantemente à iniciativa privada nacional, a partir de 2005 o governo buscou aprofundar tais medidas – muitas delas já anunciadas nas Leis Habilitantes, através de práticas centralizadoras e estatizantes à exemplo da experiência cubana. “Falei e escrevi muito sobre um capitalismo humano. Hoje estou convencido de que é impossível” (Chávez, citado em Mendes, 2012, p. 275). A nova estratégia do governo, incorporada ao *Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista 2007-2013* bem como às reformas constitucionais pautadas pelo referendo de 2007, intencionava orientar a Venezuela ao socialismo, desvinculando-a do modo de produção capitalista. Houve conversões importantes, como a adesão de personagens da esquerda latino-americana e de tradição marxista à imagem de Bolívar, assim como a difusão do conceito de “democracia revolucionária” em lugar da “revolução democrática” anteriormente associada à gestão Chávez. Mendes (2012) enxerga no movimento, sobretudo, a consolidação da figura do presidente como estratégia de centralização e direcionamento político, reforçado pela proeminência do Executivo e Legislativo, de maioria bolivariana, junto ao Estado venezuelano.

<sup>22</sup> Cabe incluir aqui alguns outros partidos que compõem a coalizão oficialmente, desde meados de 2006, em conjunto com aqueles acima citados: Acción Democrática (AD), Proyecto Venezuela, La Causa Radical (LCR), Alianza Bravo Pueblo, Vanguarda Popular, Soliedaried Independiente, Movimiento Laborista, Democracia Renovadora, Fuerza Liberal, Visión Emergente. Inicialmente, a corrente majoritária da MUD, configurada como um bloco moderado dentro da coalizão, definiu-se enquanto um partido de “centro-esquerda”, embora em termos de política econômica privilegiasse a economia de mercado.

No que diz respeito ao conteúdo das propostas da Reforma Constitucional de 2007, cujos artigos contemplariam as ambições socialistas do governo, anunciou-se, dentre outras medidas, a elaboração de um Estado Comunal<sup>23</sup> venezuelano cuja representatividade vincular-se-ia a decisões compostas em assembleias populares e não mais via eleições. Esse ideal afastou-se conceitualmente do Estado desenhado pela CRBV, ultrapassando o regime de democracia representativa de sorte a conduzir a Venezuela a um modelo de democracia direta ou assembleária. Tal movimento partia da concepção de que a consolidação de mecanismos que procuravam ampliar formas de organização e participação direta junto à vida pública, através da extensão dos poderes democráticos exercidos pelos conselhos comunais, promoveria dinâmicas capazes de acentuar a construção de cidadania, de maneira a “democratizar a democracia” (Lander; López Maya, 2012). Lander (2008) ressalta, no entanto, a precocidade das discussões introduzidas por suas mais de sessenta emendas, dadas de maneira pouco orgânica e verticalizada, distantes da participação de organizações autônomas e populares em sua formulação. Ademais, em realidade as reformas inaugurariam uma série de aspectos regressivos no âmbito da distribuição participativa de poder como: maior concentração de poder decisório junto ao executivo, através da prorrogação do mandato presidencial de seis para sete anos e via eliminação de limites para reeleição exclusivamente para a presidência; e a conversão do poder popular enquanto parte do poder público, portanto submetido ao Estado - este último operando como um mecanismo de controle desde acima.<sup>24</sup>

De acordo com o boletim do CNE, contudo, o referendo pelas reformas constitucionais acabou sendo derrotado (50,65% desfavoráveis) com uma margem de apenas 1,3% de distância entre os votos. Edgardo Lander (2008) garante que a alta porcentagem de abstenções chavistas (cerca de 43,95% entre os votos não opinativos, os quais garantiram anteriormente respaldo a popularidade do governo) fora imprescindível para a primeira derrota eleitoral de Chávez desde 1998. Por quais razões os próprios eleitores de Chávez refutariam sua proposição ao socialismo? Sobretudo, o autor salienta o aspecto pouco legítimo da reforma, não apenas em relação ao enfraquecimento das mobilidades participativas da democracia chavista, como também decorrente de uma radical modificação da estrutura e princípios fundamentais

<sup>23</sup> Aqui temos uma profunda transformação a nível de divisão político administrativa do território venezuelano. As autoridades dessa estrutura comunal responderiam via nomeação da presidência, e a transferência de recursos e serviços dependeria de seu reconhecimento por parte do Estado. Uma oposição que defendesse valores caros à democracia liberal, como a defesa à propriedade privada, não teria espaço nesse modelo societal, de predomínio de propriedade social (López Maya; Lander, 2012).

<sup>24</sup> Ainda segundo López e Lander (2012), diversas leis extraordinárias foram viabilizadas por Chávez, ainda que negada a reforma nas urnas, através de recursos junto à Assembleia Nacional (AN), uma vez estando subordinado o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) ao executivo. A valer, o governo interpretou o referendo pela emenda constitucional como um plebiscito no tocante a reforma socialista que pretendia empreender.

da Constituição Bolivariana de 1999 sem que existisse consulta popular prévia para tanto. Como positivamente, esse movimento traz indício de uma proposição pouco contemplativa diante de uma população mais consciente após anos de acúmulo democrático e, consequentemente, politicamente mais exigente.

Se anteriormente predominava o sectarismo entre opositoristas e situacionistas no que se refere às propostas e à condução da experiência bolivariana na Venezuela, o cenário pós-referendo constitucional evidenciou que a demanda por um amplo debate democrático nascia no contexto do chavismo, fator que beneficiou substancialmente a oposição; a saber, representou uma vitória inesperada que, lançando mão do ideal democrático liberal enquanto plataforma eleitoral, reconduziu a atuação do golpismo aos ditames institucionais. A linha plebiscitária de disputa, tática que conferiu a Chávez doze vitórias nos pleitos entre 1998 a 2006, não esperava por essa alteração programática opositorista:

Para la oposición, los resultados constituyeron una victoria inesperada que podría conducir a una pérdida de peso de los sectores golpistas y de la derecha más extrema y a un relativo fortalecimiento de los sectores dispuestos a actuar en el campo electoral, apostando a la posibilidad de una derrota del chavismo en las elecciones de 2012, especialmente si Chávez no puede presentarse como candidato a la reelección (Edgardo Lander, 2008, p.133).

O ano de 2008 trouxe consigo uma inesperada e abrupta retração do preço do barril de petróleo e, consequentemente, dificuldades para a economia venezuelana à médio prazo, decorrentes da grave crise financeira internacional que se anunciava.<sup>25</sup> Foram consequências inevitáveis das contradições presentes em um bolivarianismo que ambicionava gestar o Socialismo do Século XXI embora se mantivesse economicamente dependente ao rentismo. Consolidou-se, pois, um cenário deficitário para os projetos sociais, de baixa produtividade nas refinarias, escassez de produtos básicos, desvalorização do *bolívar* e constantes reajustes do combustível - subsidiado às duras pelo governo. A inflação galopava e a crise cambial parecia sem controle. Uma vez mais, a instabilidade enfatizada por um desenvolvimento econômico monoexportador e desprivilegiado no âmbito da divisão internacional do trabalho pronunciava

<sup>25</sup> Se entre 2004 e 2008 a onda especulativa internacional contribuiu em substanciais elevações no PIB e superávits comerciais para muitos países, a partir do rombo no mercado imobiliário estadunidense em setembro de 2008, uma sequência de falências financeiras provocou pânico entre os especuladores internacionais. Nas palavras de Maringoni (2009, p. 186): “Num segundo momento, a fuga de capitais dos países emergentes dirigiu-se para investimentos em dólar e em títulos de risco próximos a zero, como os do governo estadunidense. A saída de capitais e o naufrágio da especulação em *commodities* tiveram seu efeito mais espetacular na queda dos preços do petróleo[...] A receita orçamentária para 2009, estabelecida naquele mês, dava conta de uma cotação média de US\$ 60 o barril. Em dezembro, a unidade valia cerca de US\$ 40. A tradução prática é que haverá menos dinheiro para os programas sociais, responsáveis em grande medida por impulsionar a popularidade de Hugo Chávez, a partir de 2004[...] Além disso, a *diplomacia petrolífera* do governo venezuelano, que lhe valeu amplo respaldo internacional, possivelmente terá seu raio de ação limitado.”

sérios efeitos colaterais à estabilidade governamental e à democracia no país (Maringoni, 2009).

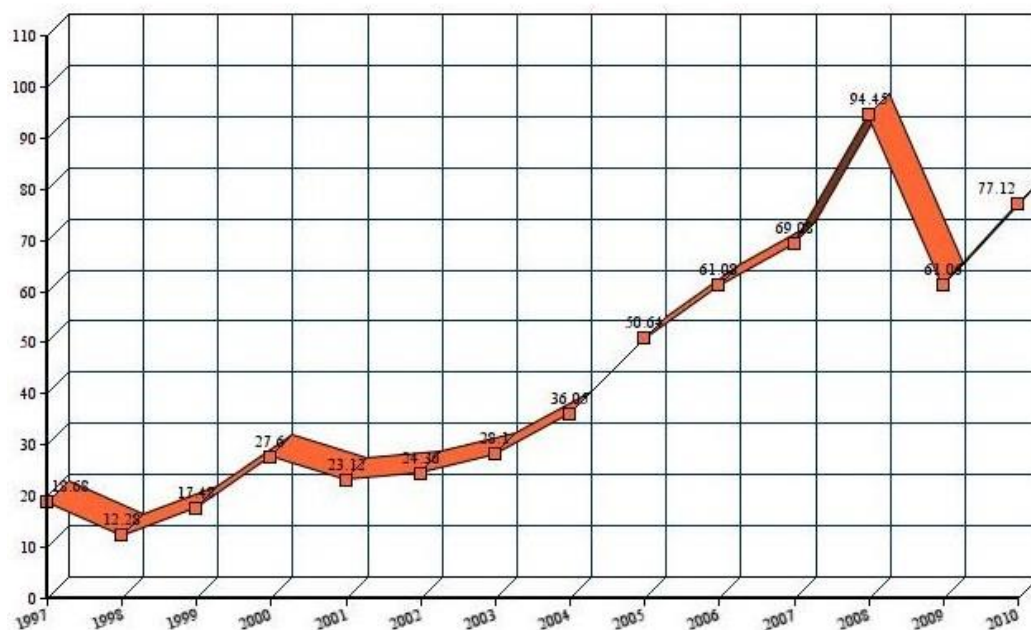


Figura 2: Evolução do preço do petróleo (1997-2010)

Fonte: OPEP (2010)<sup>26</sup>

Gradualmente, os esforços pela unidade opositora foram logrando resultados, ainda que cercados por disputas partidárias internas em vista da grande diversidade política e ideológica presente na coalizão. O primeiro documento público divulgado em nome da coalizão, *Cien soluciones para la gente*, deu fomento à aglutinação das legendas em torno do movimento: através de suas bases programáticas, constituiu o eixo da Agenda Parlamentar da coalizão para as eleições legislativas que viriam em setembro e, posteriormente, para as presidenciais de 2012. O documento reivindicava a unidade nacional com valor fundamental, capaz de impulsionar a democracia e a autonomia da sociedade frente ao Estado, cada vez mais refém de um bolivarianismo movido pelo culto à personalidade de Chávez e concentração de poder. Intencionava, ainda, assegurar o direito à propriedade através de um marco legal e defendia a incorporação de diversas modalidades de políticas sociais enquanto modelo de desenvolvimento e participação popular. Para tanto, a adoção de uma política econômica pautada pela aliança entre Estado e iniciativa privada parecia imprescindível.

A maior parte dos candidatos que concorriam pela oposição e disputaram as eleições legislativas de 2010, independentemente das siglas, foi respaldado pela MUD<sup>27</sup>. A conquista

<sup>26</sup> Retirado de Mendes (2009, p. 276).

<sup>27</sup> No caso das eleições legislativas de 2010, apenas 2% da totalidade dos votos não se destinaram nem aos chavistas nem aos candidatos opositores orientados pela MUD, segundo López e Lander (2012), evidenciando

de 65 cadeiras neste pleito comprova a efetividade da nova estratégia oposicionista - muito embora os chavistas ainda fossem majoritários na Assembleia Nacional e, por conseguinte, incitou a ambição da oposição pela presidência junto às eleições de 2012. Seus pré-candidatos foram submetidos a eleições primárias, direcionados pelo *Lineamiento del Programa de Gobierno de Unidad Nacional*, responsável por unificar suas aspirações junto à bandeira que a legenda apregoava. A importância destes acordos escritos ressalta o compromisso atual oposicionista para com a CRBV, retificação relevante em relação às posturas assumidas no passado enquanto predominava a tática golpista (Lander; López Maya, 2012).

Henrique Capriles Radonski, então governador do estado de Miranda pelo *Primero Justicia* (PJ), desponta como grande expoente da oposição conquistando 62,5% dos votos em um pleito que mobilizou cerca de três milhões de venezuelanos.<sup>28</sup> Tão logo se deu sua vitória junto às primárias de fevereiro, Capriles inaugura sua campanha presidencial, respaldado pela MUD e demais partidos que orbitavam em torno da coalizão. Como demonstrado por López Maya e Lander (2012), em sua campanha prevalece um formato de gestão menos personalista que a de Chávez, contrastando com as propostas chavistas quanto à defesa pela ampliação de critérios de participação e não instrumentalização de programas sociais. Centralizada pelo slogan “*Hay Un Camino. Progreso Igual Para Todos*”, a oposição pretendia lançar-se como alternativa possível ao progresso, que viria através da aliança entre o setor público e o privado, embora não tornasse claro como se daria essa transição.

Capriles ofreció en su programa la vuelta a una política industrialista, sin aclarar si es la misma del pasado plagada de problemas estructurales. Evadió en el texto la problemática petrolera, al no mencionar cuál sería la política del Estado con PDVSA, ni con la “renta petrolera”. Tampoco se abordó qué haría con la nascente estructura comunal, ni cómo financiaría la seguridad social. Estos temas carecen hoy de consensos en el país y en la misma oposición, y el programa optó por evadirlos (Lander; López Maya, 2012, p. 14).

No que concerne ao desdobramento da campanha, esteve marcada por uma intensa polarização política e fonte inquestionável de desequilíbrios a favor do candidato-presidente, especialmente junto à adoção de recursos públicos vinculados ao ingresso fiscal petrolero enquanto instrumento de políticas sociais. Nessa ocasião, dezenas de *Misiones* foram lançadas e largamente difundidas, aperfeiçoadas com o intuito de reforçar a popularidade e garantir a reeleição de Chávez. Se outrora, em decorrência da crise política confrontada pelo governo

---

um cenário político orientado por grande polarização. Em números, corresponde a eleição de apenas 5 deputados pela sigla Patria para Todos (PPT), fruto de uma cisão dentro do PSUV e que não acatou incorporar-se à MUD.

<sup>28</sup> Juntamente com Capriles, competiram outros quatro candidatos nas primárias de fevereiro de 2012: Pablo Pérez (UNT), María Corina Machado, Diego Arria e Pablo Medina, sendo os últimos isentos de apoios partidários (Lander; López Maya, 2012).

entre 2001 e 2005, as políticas sociais apareciam menos vinculadas à institucionalidade do Estado e mais associadas à liderança de Chávez em função da urgência popular às suas respostas, à medida do tempo seu aparelhamento tornou-as sensíveis à vontade do presidente.

A aparição pública de Chávez, nesta ocasião, esteve comprometida devido ao tratamento oncológico que persistia desde 2011, forçando-o a se concentrar em discursos midiáticos e nas redes sociais. Não obstante, esse contratempo não embargou uma nova vitória, prontamente reconhecida pelas autoridades eleitorais e pela oposição: o presidente fora reeleito com 55,09% dos votos em uma disputa que alcançou cerca de 80% dos eleitores venezuelanos, a cifra mais representativa da Era Chávez. Em termos de correlação de forças, contudo, a distância entre opositoristas e bolivarianos se atenuara no quórum de 2012: quando comparado ao candidato pela oposição na corrida presidencial anterior, Manuel Rosales, Capriles obtivera maior aprovação (36,9% e 44,3%, respectivamente), resultado que nos revela certo êxito conferido ao esforço opositorista pela institucionalidade.

Assim como nas presidenciais de 2006, Chávez e Capriles somaram mais de 99% dos votos válidos nas eleições de 2012, restando aos outros quatro candidatos apenas 0,67% desse montante. Esse aspecto reitera o constante ambiente de polarização política no país e, consequentemente, condiciona o comportamento eleitoral do venezuelano à sua realidade socioeconômica. Assim como em meados de 1998, os resultados eleitorais de 2012 seguem oscilando em torno de parâmetros classistas: as regiões mais carentes apresentavam-se favoráveis à Chávez, enquanto aquelas de classe média e alta preferiam a oposição. Essa realidade se repete tanto na Área Metropolitana de Caracas quanto nas demais cidades como Maracaibo, Ciudad Guayana, Valencia, e tantas outras. A região de Miranda, então governada por Capriles, elegeu Chávez por uma diferença inferior a um ponto percentual; Sucre, embora historicamente propensa à disputa, também optou pelo oficialismo. Por sua vez, Capriles vencera em Mérida e Táchira, com 51,10% e 56,23%, respectivamente (Lander; López Maya 2012).

### **O retorno do golpismo na Venezuela**

Dentre as leituras atribuídas por Edgardo Lander e López Maya à massiva participação dos venezuelanos junto a disputa presidencial de 2012, aquela que adotaremos está relacionada com a intensa polarização que se interpôs entre as propostas dos dois candidatos, apresentadas como projetos antagônicos e excludentes. Parece claro que, nessas circunstâncias, o consenso está distante e o pluralismo político não é contemplado por nenhum discurso. A impressão que se tem é a de que o futuro da Venezuela estaria subordinado ao projeto vencedor



e que as eleições legislativas se limitariam à função de respaldá-lo. Embora tenha se constatado que a maioria dos venezuelanos seguisse apoiando Chávez, a polarização torna explícito que uma minoria muito significativa (44,3%, correspondente à cifra de Capriles) não estaria disposta a viver em um Estado Comunal aos moldes bolivarianos.

Como se vê, o mecanismo eleitoral converteu-se em um instrumento insuficiente para consolidar a proposta comunal socialista. As preferências eleitorais estavam longe de indicar ambientes sociais homogêneos que ocasionalmente pudessem contemplar a representatividade de todo o conjunto de cidadãos. A intensa polarização revelou que não havia homogeneidade no tocante ao apoio conferido à Chávez pelo bloco oficialista, já que o PSUV persistia sufocando as demandas dos demais partidos por expressão – ainda que o triunfo sobre Capriles dificilmente existisse sem essa base. Sequer são encontrados sinais de homogeneidade na oposição. Se por um lado, considerando a distribuição de votos em torno das legendas opositoristas presentes na MUD, o *Primero Justicia* (PJ) recebesse destaque em razão da candidatura de Capriles, em contrapartida a postura antipolítica de forças partidárias contrárias ao chavismo beneficiou a campanha do candidato sem garantir-lhe respaldo político significativo.<sup>29</sup>

O anúncio da prematura morte de Chávez, em março de 2013, precipitou a nomeação do então vice-presidente, Nicolas Maduro, como chefe de Estado interino e trouxe à tona perspectivas de fragmentação do movimento bolivariano para a oposição. Seguiu-se a decisão do *Consejo Nacional Electoral* (CNE) de convocar uma nova eleição presidencial para 14 de abril, respeitado o prazo de trinta dias previsto pela CRBV. Maduro prontamente foi designado sucessor de Chávez pelo PSUV, enquanto Capriles, quem meses antes havia reconhecido a vitória de Chávez nas urnas, acatava mais uma vez submeter-se ao crivo popular segundo indicação da MUD. Haja vista a instabilidade institucional que a nova conjuntura reverberou, as fissuras logo impulsionaram disputas no seio opositorista, contribuindo para a irrupção de uma fração da direita que julga sua reivindicação ao controle do Estado urgente e acima de quaisquer considerações constitucionais.<sup>30</sup>

<sup>29</sup>Em torno da figura de Capriles, o PJ obteve cerca de 41,4% de crescimento em número de votos, alcançando o montante de 537.723 durante a campanha presidencial. Anteriormente, quando da campanha eleitoral de 2006, o principal partido de oposição fora UnT, partido do candidato opositorista Rosales, que havia conquistado 353.767 votos. Conquanto o bloco moderado permanecesse em destaque junto à oposição, os esforços pela institucionalidade fariam parte de sua agenda. A despeito disso, já se anunciava o cenário de disputas entre as forças presentes na coligação MUD à medida que se descortinava o panorama de crise, afrouxando o laço em torno da unidade opositorista.

<sup>30</sup>É inegável a contribuição do quadro econômico desfavorável concomitantemente à crise política enfrentada pela Venezuela em meados de 2013. A inflação, que conhecera seus melhores índices durante a Era Chávez, alcançou os 56% ao ano. A criminalidade tornou-se alarmante e taxa de homicídios na Venezuela disparou. O



Projetou-se, por conseguinte, a figura de Leopoldo López enquanto liderança capaz de dar voz à radicalização oposicionista. López, assim como Capriles, filiou-se ao PJ e sob sua bandeira presidiu a prefeitura do município Chacao, localizado na área metropolitana de Caracas e tradicionalmente considerado o reduto do anti-chavismo. Sua gestão foi repleta de escândalos de corrupção ativa envolvendo verbas públicas da PDVSA e acusações de nepotismo, resultando em sua deposição. Em 2002, tanto Capriles quanto López participaram da fracassada tentativa de golpe ao governo de Chávez, embora fossem anistiados em seguida. Anos depois, em 2011, condenado por desvios de recursos públicos que o tornariam inelegível até 2014 e após assumir divergências políticas no âmbito do próprio partido, López funda o *Vontade Popular* (VP), inaugurando juntamente com Copei, Proyecto Venezuela e Alianza Bravo Pueblo o bloco mais radical da MUD. (Costa, 2014)

Com estreita margem, 50,7% dos venezuelanos optaram pela continuidade do projeto bolivariano frente ao descompasse oposicionista, em um pleito que superou 78% de participação popular, segundo notícia Antônio Luiz Costa (2014). Leopoldo López chegou a manifestar apoio à candidatura de Capriles nas presidenciais de 2013, embora tenha se ressentido quando do reconhecimento do último à vitória de Maduro nas urnas, após auditoria conferida pelo CNE à pedido da oposição. Buscando obter visibilidade política e aproveitando-se do cenário de disputa no núcleo oposicionista, López passou a conchamar violentos protestos que visariam forçar a renúncia do presidente Maduro, parte do seu projeto denominado “*La Salida*”. Estes alternaram-se entre manifestações encabeçadas por uma elite insatisfeita com a crise de abastecimento e blecautes energéticos e depredações gratuitas promovidas por milícias em confronto com as Forças Armadas Bolivarianas (FAN), ainda que sob as ordens de não reação por parte de Maduro. Sucederam dos enfrentamentos dezenas de mortes e um violento panorama político, carente de conciliação e equilíbrio.<sup>31</sup> Não houve, contudo, consenso

---

governo Maduro também deparou-se com uma crise de abastecimento sem precedentes; segundo o presidente, esta significaria uma nova faceta oposicionista que, através de um boicote econômico, comprometeria a distribuição de produtos de primeira necessidade a fim de desestabilizar o incipiente governo. A oposição, no entanto, sugeria a crise como evidência de má administração por parte de Maduro. (Costa, 2014)

<sup>31</sup> Alexander Main sugere que os violetos protestos orquestrados por López e demais setores radicalizados da oposição remontam ao episódio *La Guarimba*, de 2004, no qual militantes de direita erigiram barricadas através de bloqueios e dispositivos incendiários nas ruas de Caracas com o intuito de forçar a saída do presidente Chávez. Segundo termos de Roberto Alonso, uma de suas lideranças, “El objetivo primordial de *La Guarimba* es provocar un caos anárquico de tal magnitud que amerite la orden por parte del Castro-Comunismo Internacional de intentar poner en marcha la ‘solución extrema’ - el Plan Ávila – o, si así lo considera pertinente: abandonar el poder y salir huyendo como hicieron el 12 de abril de 2002.” Assim como nos protestos de 2014, grande número dos adeptos à *Guarimba* eram também jovens de boa renda.

no tocante à orientação oposicionista proposta por López: a ala moderada da MUD, liderada por Capriles, rejeitou o movimento e não poupou críticas ao ex-prefeito<sup>32</sup>.

Parece claro o antagonismo entre López e Capriles, no que diz respeito a estratégia de mobilização oposicionista. A figura de Capriles representa a oposição que aposta nas urnas e assume a responsabilidade de governo se pautando, portanto, pela estabilidade das instituições políticas do país. Trata-se de uma oposição que, por experiência, compreendeu que ações de-sestabilizadoras seriam o caminho mais curto para o alavancamento do bolivarianismo, sobretudo quando distantes de um respaldo popular razoável. López, por sua vez, ilustra a intransigência de uma elite que, pelo poder, nega qualquer concessão. Uma elite que, diante de posturas políticas que procurassem questionar o *status quo*, se recusa a reconhecer no bolivarianismo um adversário político legítimo e sim um movimento a ser aniquilado. Por esse ângulo, o diálogo entre oficialistas e oposição torna-se inviável.

### **Considerações Finais**

Pontuadas as razões capazes de esclarecer a emergência do bolivarianismo, bem como a reação por parte de movimentos contestatórios a ele, caberia perpassar, sem rigor, pelos acréscimos agregados por tais processos no que tange à emancipação do povo venezuelano, a quem se dirigem, afinal. Se por um lado a falência das políticas macroeconômicas de orientação neoliberal enquanto modelo de desenvolvimento desembocam em uma grave crise institucional capaz de promover a candidatura de Hugo Chávez, reorientando a conjuntura política venezuelana de modo a inserir o debate de um projeto político nacional na ordem do dia, por outro esse momento igualmente corresponde a confrontação de forças políticas até então mantenedoras do regime *puntofijista* quanto à refundação do Estado proposta pelos bolivarianos.

No âmbito das metamorfoses institucionais suscitadas pelos bolivarianos com o advento da CRBV, as alterações ultrapassam o campo da administração pública, perpassando ainda pela estrutura dos setores produtivos, através das Leis Habilitantes. A efetiva alocação do orçamento junto a programas sociais também provocou um significativo avanço em termos de qualidade de vida para grande parcela da população venezuelana, que experimentou os indicadores socioeconômicos mais expressivos da região. Em que pese a ampliação da participa-

<sup>32</sup> A atuação política de López é condenada pela maior parte dos oposicionistas, em especial por Henrique Capriles: “Para que serviu o ‘Saia Já’? Alguém que talvez não aprendeu nada durante estes anos vai nos meter a todos no ‘saia já’? [...] Se o povo humilde não sai às ruas, não há como mudar”, declarou o ex-candidato à presidência da Venezuela. “La salida” não encontra consenso no que tange à maioria oposicionista, tampouco em termos de apoio popular: boa parte de seus adeptos são jovens estudantes baseados em distritos burgueses da capital.

ção política e reivindicações sociais, a transição de uma democracia representativa para outra de predisposição participativa e, finalmente, assembleária, como fomentado pela direção bolivariana, desempenha inequívoca importância.

Contudo, a articulação de uma nova arquitetura institucional pelos bolivarianos desencadeou uma permanente tensão no seio das forças de oposição, as quais lograram reaver o controle decisório do Estado venezuelano. De imediato, a mobilização dos setores oposicionistas, seja por intermédio da *Coordinadora Democrática*, seja através do *Bloque Democrático*, privilegiou estratégias não pautadas pela institucionalidade, culminando em um referendo revogatório, dois boicotes econômicos por parte dos setores produtivos e um frágil golpe de Estado. E ainda que posteriormente a fundação da *Mesa de La Unidad Democrática* (MUD) representasse um esforço pela centralização partidária da oposição, atuando enquanto catalisador da transição de mobilização golpista para as bases institucionais, o acirramento da polarização social e as disputas em torno dos diversos setores que integravam a oposição, marcada pela heterogeneidade política, contribuíram para a intensificação dos confrontos.

Parece claro que os ideólogos bolivarianos desafiaram postulados da teoria democrática na medida em que buscaram priorizar princípios como a igualdade política sobre outros, tais como a independência dos poderes públicos e a garantia de determinadas liberdades civis e políticas. E ainda que suas políticas satisfatoriamente sanassem as necessidades básicas de setores populares outrora excluídos mediante a redistribuição dos rendimentos do petróleo, não se traduziram, a valer, em práticas permanentes e efetivas. Isto é, de fato, garantiram cidadania através da ampliação de direitos, contudo o potencial autônomo e responsável desta cidadania permaneceria sensível aos mecanismos institucionais.

Paralelamente, o emprego de superlativos recursos da renda petroleira como fomento para programas sociais que visassem a emancipação popular favoreceu a dominância do capital transnacional junto à estrutura econômica do país, de modo a aprofundar sua condição de dependência. Nesse ambíguo cenário, a proposta de socialismo do século XXI convive com o rentismo e os prejuízos que este confere à estabilidade institucional na Venezuela. De modo análogo, a adequação da CRBV junto aos parâmetros do socialismo do século XXI, que dentre outros aspectos aspirava o aprofundamento de um regime democrático participativo tendo por base a fundação de um novo Estado, teve muitas de suas reformas instituídas ainda que a proposta tenha sido derrotada em referendo popular.

Nessa acepção, constata-se que, muitas vezes, a democracia participativa esbarra em barreiras estruturais, a saber, o estabelecimento de mecanismos legais de mediação governamental que terminam por afastar tais experiências da real construção do poder comunal. Se

esses limites originam-se da polarização política comum à essa transição, resta claro que esta, por sua vez, não poderia se dar mediante imposição de uma direção política, seja qual for. Ainda assim, o ponto de partida segue sendo o antigo Estado e, ao que tudo indica, a transição ao socialismo necessariamente implicaria na coexistência para com este ao longo de todo o processo.

## Referências Bibliográficas

BOITO Jr., Armando. **As bases políticas do Neodesenvolvimentismo**. FGV. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Paine1%203%20-%20Armando%20Boito%20Jr%20-%20As%20bases%20politicadas%20do%20neodesenvolvimentismo.pdf>>. Acesso em Agosto de 2016.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. **Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías**. Campinas: Unicamp, 2010. 194 p. Tese (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

\_\_\_\_\_. **O rentismo petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927 – 2013)**. Campinas: Unicamp, 2015. 245 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COSTA, Antônio Luiz M. C. A oposição fast-food: o impasse político e econômico é sério, mas as manifestações não são o que López quer fazer crer. **Carta Capital**, São Paulo, ano XX, nº 788, p. 28-31, fev. 2014.

Cf. “Sobre La Guarimba”. Disponível em:

<<http://www.venezuelanet.org/Sobre%20La%20Guarimba.htm>>.

LANDER, Edgardo. **El referéndum sobre la reforma constitucional: el proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, vol. 14, núm. 02, pp. 133-166, Ano 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17721677008>>. Acesso em Outubro de 2016.

LÓPEZ, Maya; LANDER, Edgardo. **Las elecciones del 7-O de 2012 en Venezuela y el debate sobre la democracia en América Latina**. Ponencia presentada en el Seminario COL-MEX/IFE “Democracia y elecciones en América Latina”, así como en la Reunión del Grupo CLACSO “Ciudadanía, organizaciones populares y representación política”, Ciudad México 6 al 9 de noviembre de, 2012. Disponível em: <<http://www.innovaven.org/quepasa/eleana33.pdf>>. Acesso em Outubro de 2016.

MAIN, Alexander. A direita antichavista: na Venezuela, a tentação do golpe de Estado. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 7, nº 81, p. 8-9, abril 2014.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 198 p.

MENDES, Flávio da Silva. **Hugo Chávez em seu labirinto**: O Movimento Bolivariano e a política na Venezuela. São Paulo: Alameda, 2012. 302 p.

MESA DE LA UNIDAD DEMOCRÁTICA. Propuestas programáticas. **La Unidad**, Caracas, abril de 2010. Disponível em: <

<http://www.unidadvenezuela.org/descargas/Nuestras%20Propuestas/100%20soluciones%20para%20la%20gente.pdf>>. Acesso em Fevereiro 2017.

RENDALL, Steve. Para as mídias, um homem a eliminar. Dossiê Venezuela, **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 6, nº 69, p. 4 a 11, abril 2013.